

# A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO NO PERÍODO DE 2009 A 2015

Giovanna Gonçalves da Silva

Silvia Franco de Oliveira (Orientadora)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar a evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) sobre o acesso ao crédito para pequenas unidades produtivas. Para tanto, foi feita uma pesquisa descritiva, utilizando-se de fonte secundária de informação, obtida junto ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os resultados apontam que o programa registra um total acumulado de 25 milhões de clientes atendidos de 2009 a 2015, com a concessão de mais de R\$46 bilhões em crédito, cujos valores vêm sendo destinados, predominantemente, para capital de giro, do setor informal, da região nordeste e para o público feminino. Constatou-se, também, que os bancos públicos federais possuem maior participação na concessão de recursos. Dados do Banco Central do Brasil (BACEN) demonstram que o saldo devedor dos recursos do microcrédito representa 0,9% do total do saldo devedor dos recursos direcionados a pessoas físicas na economia brasileira.

**Palavras-chave:** Mercado Informal, Microcrédito, PNMPO

## 1 INTRODUÇÃO

O microcrédito começou a se desenvolver na década de 1970, em Bangladesh (Índia), com a criação do *Grameen Bank* (“Banco de aldeia”), em 1976, por Muhammad Yunus, economista formado em Nova Délhi. Fundador agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006, Yunus acredita que a pobreza é resultado da ordem social e econômica mundial, que é regida por estruturas que garantem lucro pela prática da transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. O microcrédito é uma alternativa para a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico e social através do combate ao desemprego e da geração de renda. A escolha de Yunus para o Nobel é o reconhecimento de que dificilmente haverá paz sem que haja uma mudança na estrutura econômica de forma a reduzir a desigualdade social, sendo o microcrédito um importante instrumento para reduzir a pobreza e ajudar a promover a libertação feminina em sociedades repressivas (SOARES E MELO SOBRINHO, 2008), uma vez que com o crédito informal, as pessoas ficam sujeitas a agiotas que cobram juros abusivos ou ficam sujeitas à ajuda de parentes ou amigos, que possuem recursos limitados. (CEBDS, 2013).

O microcrédito tem sido cada vez mais alvo de reconhecimento ao longo dos anos. O Banco Mundial, inclusive, se torna um membro ativo sob o argumento de que somente o crescimento econômico não leva ao bem-estar das populações subdesenvolvidas. As políticas de combate à pobreza tornam-se cada vez mais evidentes e o uso das microfinanças se torna cada vez mais forte como suporte. Um marco dessa realização ocorre em fevereiro de 1997 com a Conferência Global do Microcrédito que estabelece o crédito como um dos principais instrumentos de combate à pobreza. (KRAYCHETE, 2005).

A evolução do microcrédito é constatada ao se observar os dados do final de 2013, disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (2014), que demonstram que a carteira de microcrédito da América Latina e Caribe era de mais de US\$40 bilhões, concedida por mais de 1.000 instituições e atingia mais de 22 milhões de clientes, em contraste com

números de 2001, quando a carteira de microcrédito era de US\$1 bilhão, proporcionada por 184 instituições, atingindo quase dois milhões de clientes (tabela 1).

Tabela 1 – Portfólio de microcrédito e clientes na América Latina e Caribe em 2013

Categoria	Número de Instituições	%	Portfólio do microcrédito (US\$ milhões)	%	Número de Clientes do Microcrédito	%	Média Crédito (US\$)
Regulado	350	33%	31.742	79%	14.279.435	65%	2.223
Bancos	174	16%	24.861	62%	9.648.913	44%	2.577
Intituições não bancárias	135	13%	6.581	16%	4.548.572	21%	1.447
Cooperativas	41	4%	300	1%	81.950	0,4%	3.663
Não regulado	711	67%	8.291	21%	7.800.229	35%	1.063
ONGs e outros modelos institucionais	422	40%	5.665	14%	7.017.205	32%	807
Cooperativas	289	27%	2.626	7%	783.024	4%	3.353
Total das instituições (regulado + não regulado) - 2013 (28 países)	1.061	100%	40.033	100%	22.079.664	100%	1.813
Todas as instituições - 2012 (25 países)	1.085		37.152		20.534.264		1.839
Todas as instituições - 2010 (20 países)	675		15.168		12.476.379		1.216
Todas as instituições - 2005 (23 países)	336		5.437		5.952.716		913
Todas as instituições - 2001 (17 países)	184		1.189		1.806.445		659

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (2014, p.27)

Em decorrência de o microcrédito ser um importante instrumento de combate à pobreza, as instituições de microcrédito apresentam objetivos financeiros e sociais, onde os elementos financeiros são os meios para concretizar os objetivos sociais da instituição. Em outras palavras, os elementos financeiros e sociais são complementares. Desta forma, as instituições devem se preocupar com autossuficiência financeira, controle da inadimplência, controle dos gastos, resultados positivos, entre outros, que garantam a continuidade de suas operações e concretizem sua missão social, conciliando o foco financeiro com o social. (ARAÚJO, 2012).

É neste contexto que surge a questão de identificar a evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) no período de 2009 a 2015 sobre o acesso ao crédito de pequenas unidades produtivas. Assim, o trabalho está direcionado a: a) descrever como se desenvolveu o mercado informal brasileiro e sua relação com o microcrédito; b) descrever as características da demanda de microcrédito (crédito em grupo e crédito individual) e analisar os desafios enfrentados pelas instituições financeiras para atuar no segmento de microcrédito para população de baixa renda; c) identificar trabalhos que avaliem o impacto do microcrédito sobre a renda; d) explorar a importância da educação financeira sobre o microcrédito; e) descrever a evolução do mercado de microcrédito através do PNMPO e caracterizar seus beneficiários.

Para consecução do objetivo geral, este artigo está dividido em cinco seções. Após esta introdução, a seção 2 apresenta as definições de micro finanças e microcrédito. A seguir, são abordados os elementos para compreender a evolução do mercado informal e a criação do PNMPO. Na sequência, destacam-se as diferenças entre o microcrédito e o crédito tradicional, as implicações da segmentação do mercado financeiro e o desenvolvimento de novas modalidades de crédito (em grupo e individual). Para finalizar essa seção, aborda-se sobre o impacto do microcrédito na renda dos beneficiários e a importância da educação financeira nesse processo. Logo depois, na seção 3, é realizada a descrição da metodologia aplicada nesse trabalho. Na seção 4 são disponibilizados e analisados os dados referentes à evolução do

microcrédito no Brasil no período de 2009 a 2015. Por fim, na seção 5 são sumarizados os principais achados desse estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Micro finanças, Microcrédito e Microcrédito Produtivo e Orientado**

Micro finanças, microcrédito e microcrédito produtivo e orientado são termos diferentes, empregados pelos autores acadêmicos e que designam um mesmo segmento do sistema financeiro destinado à prestação de serviços financeiros às populações de baixa renda. (FREITAS, 2013).

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008) existe uma distinção entre os conceitos de micro finanças e microcrédito. O termo micro finanças se refere “à prestação de serviços adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.23).

Com relação à atividade de microcrédito, Soares e Melo Sobrinho (2008) definem como sendo aquelas atividades que se dedicam a prestar serviços exclusivamente às pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, formais ou informais, sendo importantes para as políticas públicas (Ministério da Fazenda e Ministério do Trabalho e Emprego) como forma de superar a pobreza, gerando trabalho e renda. Portanto, o microcrédito é a principal atividade da microfinanças.

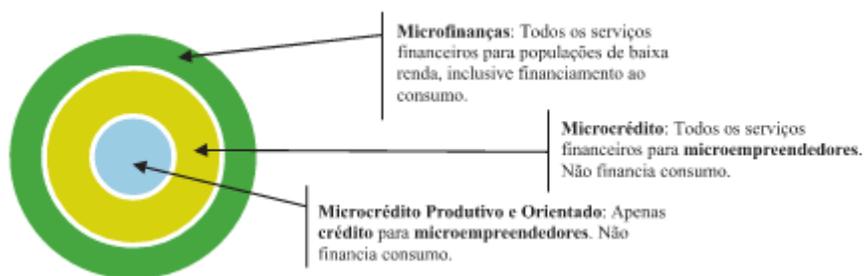
É importante notar que o microcrédito não se refere somente a um crédito de pequeno valor. O valor deve ser exclusivamente destinado à atividade produtiva. Se o valor do crédito for pequeno e destinado ao consumo e/ou ao pagamento de dívidas, ou limitado ao acesso de pessoas de baixa renda, este crédito é caracterizado como “crédito popular” e não microcrédito. (SILVEIRA, 2015).

Dentro do microcrédito, existe o microcrédito produtivo e orientado. Segundo Silva e Góis (2007), o termo foi atribuído pela Associação Brasileira de Gestores e Operadores de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e entidades similares, e acabou sendo adotado pelo governo federal na Lei no. 11.110, de 25 de abril de 2005 que instituiu o PNMPO. Conforme definição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. (BRASIL, 2005, p.1).

Portanto, microfinanças possui um conceito mais amplo, contemplando todos os serviços financeiros destinados à população de baixa renda enquanto o microcrédito produtivo orientado se apresenta como o conceito mais restrito (figura 1).

Figura 1 - Conceito de microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo orientado (MPO)



Fonte: Soares e Melo Sobrinho (2008)

## 2.2 A Evolução do Mercado Informal e do PNMPO no Brasil

Inicialmente, as instituições de micro finanças que surgiram no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, estavam ligadas a redes internacionais como, por exemplo, projetos atrelados à ACCIÓN e ao Banco da Mulher, que foram de grande importância para absorção de experiência técnica. (MONZONI NETO, 2006).

A partir da década de 1990, há no Brasil um aumento do número de concessões de microcrédito produtivo destinado à população de baixa renda. Teoricamente, o microcrédito é considerado uma ferramenta de combate à pobreza uma vez que, ao receberem crédito, as pessoas de baixa renda podem investir em suas unidades produtivas, auferindo maiores ganhos e, conseqüentemente, minimizando a pobreza. Tal construção teórica vê o setor informal de forma positiva, pois o participante do mercado de trabalho pode ter sua emancipação individual através do empreendedorismo. Sendo este papel importante do setor informal no microcrédito, é inegável a necessidade de entender como se constituiu o setor informal e analisar as potencialidades e as limitações do microcrédito na função da redução da pobreza no Brasil. (COLODETI E LEITE, 2012).

A informalidade não é um fenômeno recente. Na década de 1970 há uma queda do crescimento econômico devido às políticas econômicas do modelo keynesiano e pela regulação do modelo fordista. Para superação da crise, o Brasil adota uma série de medidas para flexibilizar o mercado e as relações de trabalho. (COLODETI E LEITE, 2012).

Segundo Capelas *et al* (2010), argumentava-se que, com a flexibilização, promovia-se o aumento de empregos, uma vez que as empresas incorreriam em menores custos na contratação, manutenção e desligamento do trabalhador. Entretanto, os autores consideram que o desemprego não era causado pelas rígidas leis trabalhistas e sim pela falta de investimento, juros elevados, abertura da economia e esgotamento da capacidade desenvolvimentista do Estado. Em outras palavras, esta situação era em decorrência das restrições impostas pelo pagamento das dívidas, tanto interna como externa. Os autores destacam que medidas para flexibilização das relações de trabalho também ocorreram no governo Fernando Henrique Cardoso. São elas: desindexação salarial, criação do banco de horas, trabalho por tempo parcial e contrato por tempo limitado.

Como resultado desta política de cunho neoliberal, há um aumento nas taxas de desemprego entre 1990 a 2006, e as formas de contratação sem carteira assinada, contratação de terceirizados e autônomos se tornam mais frequentes. Resumindo, as medidas neoliberais de flexibilização da produção e das relações de trabalho buscavam promover o balizamento da economia mundial e a promoção do crescimento econômico, porém, essas medidas geraram

também o aumento do desemprego, a queda nos rendimentos reais médios, o aumento da informalidade no mercado de trabalho e a precariedade nas relações de trabalho. (COLODETI E LEITE, 2012).

Theodoro (2000) esclarece que, na década de 1970, a informalidade no mercado de trabalho era vista como uma anomalia passageira, que seria extinta com o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, na década de 1980, essa visão saiu de cena uma vez que o desemprego e a informalidade cresciam, sendo interpretados como uma estratégia de sobrevivência pela falta de emprego. Dessa forma, o mercado informal era tido como uma solução da pobreza. Os programas desenvolvidos para o setor informal deixam de ser notados como política de emprego e passam a ser vistos como política social, mudando a forma de intervenção. Com isso, explica-se o surgimento do programa de microcrédito para apoiar o trabalhador informal e reduzir a pobreza. (COLODETI E LEITE, 2012).

Na década de 1990, segundo Theodoro (2000), a pobreza e a fome ganham destaque nacional. Começam a surgir novas formas de ação provenientes da sociedade civil (Organizações Não-Governamentais, instituições ligadas à igreja, entre outras) e desenvolve-se uma visão mais liberal de apoio ao mercado informal. Partindo do pressuposto de que as pessoas pobres precisam de oportunidade, o microcrédito propicia os ativos geradores de renda para erradicar a pobreza. (COLODETI E LEITE, 2012).

No primeiro mandato do Governo Lula ocorre uma série de medidas com o objetivo de democratizar o acesso ao crédito e aos serviços bancários de uma forma geral. Estas medidas buscam garantir a redução da exclusão social das micro e pequenas empresas, dos trabalhadores informais e da população de baixa renda. O pensamento inicial é de que, se todo o sistema bancário incorporasse essa massa populacional como cliente, os multiplicadores de renda, moeda e emprego aumentariam, gerando impacto macroeconômico. (COSTA, 2010).

Inicialmente, o programa de micro finanças simplifica a abertura de contas eletrônicas para “bancarizar” a população sem acesso aos serviços bancários. Com este passo, o governo esperava que os cartões do cidadão, utilizados para a transferência de benefícios sociais, poderiam se transformar em cartões de débito e de microcrédito. Em outras palavras, a partir de uma estratégia de responsabilidade social, os bancos poderiam realizar empréstimos para esta população tornando-a cliente. Estes clientes realizariam depósitos à vista, como forma de reciprocidade, disponibilizando recursos para que os bancos pudessem realizar novos empréstimos, multiplicando o crédito. Com crédito farto e barato, os agentes econômicos ampliariam seu consumo, levando a um aumento da renda. Os agentes econômicos beneficiados pelo incremento secundário aumentariam também seu consumo, gerando novo crescimento de renda, e assim por diante. Com isso, se teria a multiplicação da renda e do emprego. (COSTA, 2010).

Tendo isso em mente e buscando colocar este programa em prática, em 2003 cria-se o programa de microcrédito que obriga os bancos a destinarem 2% dos saldos captados em contas correntes para operações de pequeno valor (Lei no. 10.735 de 11 de setembro de 2003). Caso o banco não cumprisse com a regra, deveria depositar o valor correspondente no Banco Central do Brasil (BACEN), onde não haveria remuneração. As operações obedecem aos seguintes parâmetros financeiros: taxa de juros efetiva não superior a 2% ao mês; valor do crédito não superior a R\$600,00 para pessoa física e R\$1.000,00 para microempreendedor; valor máximo da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) em 2% para pessoa física e em 4% para demais beneficiários; e prazo da operação não inferior a 120 dias. (BARONE; SADER, 2008).

O governo Lula também confere ao Conselho Monetário Nacional competência para regulamentar as aplicações dos bancos convencionais, dos bancos múltiplos que possuíssem

carteira comercial, da Caixa Econômica Federal (CEF) e das cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores (Medida Provisória no. 122 de 25 de junho de 2003, regulamentada pela Lei no. 10.735 de 11 de setembro de 2003). (COSTA, 2010).

Através da Medida Provisória 226/2004, convertida na Lei no. 11.110 de 25 de abril de 2005, o governo federal regulamenta o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) que busca incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, formais ou informais, com atividades produtivas de pequeno porte. Além disso, o programa também tem como objetivo disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado, tendo em vista seu fortalecimento institucional para a prestação de serviços destinados aos empreendedores populares. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016).

Ao implementar o programa, o governo Lula não leva em consideração que os bancos comerciais poderiam não ter interesse ou condição de atender a clientes que não possuíssem as garantias habituais. Além disso, os bancos comerciais poderiam não ter preparo, competência ou instrumentos para avaliar os riscos do microcrédito, que se apoiava em parâmetros subjetivos. (COSTA, 2010).

Em outubro de 2006, dos R\$1,6 bilhão disponível, somente 58% são utilizados para o microcrédito. Existem vários fatores que limitam a oferta de crédito por parte dos bancos comerciais: a pouca confiabilidade ou insuficiência das informações sobre a empresa, a falta de garantias reais, a percepção de elevado risco na operação de crédito, a inviabilidade do projeto e os elevados custos ligados às operações de crédito. Apesar destes fatores, estas barreiras não são intransponíveis. (COSTA, 2010).

Em dezembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) muda os valores máximos de empréstimo do microcrédito e amplia o público alvo. Ao aumentar os limites das operações de crédito o governo busca cobrir os custos fixos dos bancos, porém descaracteriza o programa de microcrédito, uma vez que o programa é destinado a empréstimos de pequenos valores a pessoas que estão à margem do sistema financeiro. Concomitante a isto, a utilização de garantia solidária e a oportunidade de formalização aberta pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa procuram reduzir os problemas com os empreendimentos informais. (COSTA, 2010).

No ano de 2016, o PNMPO é destinado a microempreendedores populares, formais e informais, com atividades produtivas de pequeno porte e faturamento anual até R\$120mil. As fontes de recursos são o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os 2% dos depósitos compulsórios dos depósitos à vista em poder do Banco Central. Os recursos do FAT são destinados aos bancos públicos federais de acordo com o Termo de Alocação de Depósito Especial (TADE's), que repassam estes valores para as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO's). São elas: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), Cooperativas de Crédito e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMEPP). O PNMPO também promove seminários anuais, palestras, oficinas, discussões, desafios e as chamadas públicas de parcerias através de editais dos Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os PDI's têm como objetivo disponibilizar recursos para que as instituições se fortaleçam para operar com o microcrédito. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016).

Com essas medidas, o Governo direcionou esforços para aumentar o volume de recursos para pessoas que não têm acesso aos serviços bancários, embora vários fatores tenham limitado a oferta de crédito por parte dos bancos comerciais.

### 2.3 Microcrédito e Crédito Tradicional

O setor financeiro no Brasil sofre transformação durante a transição da alta para a baixa inflação na década de 1990, e a intervenção estatal é fundamental para promover a reestruturação do sistema, tornando as instituições financeiras mais eficientes na intermediação financeira, sendo uma resposta positiva e dinâmica no cenário de estabilidade monetária. Entretanto, no que se refere à integração de parte da população ao mercado de crédito e dos serviços financeiros, as instituições financeiras se mostram ineficientes. A estabilidade monetária não é suficiente para diminuir o *spread* cobrado pelos bancos e as medidas adotadas pelo BACEN para essa diminuição têm poucos resultados. A elevada margem nos diferenciais entre as taxas de aplicação e captação de recursos, quando comparadas com as de outros países, reprime a demanda de recursos, desfavorece a decisão de investimentos e aumenta a exclusão financeira de uma parte da população. Além disso, a elevada sofisticação do setor bancário não se traduz em eficiência social e distribuição geográfica homogênea, demonstrando desinteresse em disponibilizar serviços financeiros a famílias de baixa renda e em determinadas regiões do país, deixando parte da população sujeita à estratificação social e regional. (OLIVEIRA, 2007).

A atividade do microcrédito se diferencia do crédito tradicional oferecido pelos bancos em vários aspectos. Para obter um empréstimo bancário tradicional, o cliente deve apresentar garantias pelo empréstimo e provar que possui capacidade e vontade de pagá-lo. Em decorrência da facilidade de avaliação de documentos contábeis e fiscais e da possibilidade de consulta a instituições de informação bancária (SERASA, por exemplo), há uma redução da assimetria de informação entre o contratante e a instituição financeira, reduzindo os custos e riscos inerentes à operação de crédito. (SANTOS, 2002).

Entretanto, em decorrência dos riscos, da precariedade das informações contábeis dos pequenos negócios, da falta de garantias tradicionalmente exigidas pelos bancos e dos pequenos volumes envolvidos, a operação de microcrédito não é viável, se analisada pela metodologia de crédito bancário tradicional. Em outras palavras, ao estipular valores mínimos, exigências cadastrais e garantias incompatíveis, os bancos excluem parcela da população no acesso ao crédito. Portanto, é um equívoco pensar que a taxa de juros elevada é o principal entrave para o acesso ao crédito pelo segmento de baixa renda, uma vez que, para isso, se pressupõe que exista uma oferta de crédito bancário tradicional acessível. Segundo uma pesquisa realizada em São Paulo, em 1997, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SP), somente 10% das micro e pequenas empresas paulistas contavam com acesso ao crédito bancário tradicional, sendo 7% de bancos privados e 2% de bancos públicos. Em pesquisa realizada em 1999 pelo SEBRAE-SP, as fontes alternativas de financiamento mais utilizadas pelas micro e pequenas empresas eram: 64% de pagamento a prazo dos fornecedores, 47% cheque pré-datado, 27% cheque especial ou cartão de crédito, 10% amigos e parentes, 4% *leasing* e financeiras; 4% agiotas e 3% *factoring*. Essas fontes de recursos do mercado financeiro informal ou semiformal demonstram que arcar com juros altos não é o problema das microempresas, uma vez que elas já costumam arcar com juros altos. (SANTOS, 2002).

Por essa razão, os juros subsidiados são desnecessários. Von Pischke *apud* Santos *et al* (2004) apresenta evidências empíricas onde os programas de microcrédito com taxas de juros subsidiadas têm baixo impacto socioeconômico. Santos (2002) explica que este baixo impacto socioeconômico decorre do fato de a instituição de microcrédito “abrir mão” de sua sustentabilidade econômica, reduzindo seu impacto no mercado potencial. Para uma atuação massiva, há necessidade de a oferta de crédito ser autossustentável, estando condicionada à demanda em seu segmento de mercado, cobrando juros que reflitam os custos do crédito, sendo estes juros inferiores às fontes de crédito tradicionais. Acresce-se a isso a questão de ocorrer desfocalização quando os recursos são fartos. Santos (2002) exemplifica esta situação com o

Programa de Geração de Renda (PROGER) em São Paulo, onde a maior parte dos clientes é das classes A e B em 1999. Por outro lado, o autor ressalta que é necessário que haja subvenção para a consolidação da instituição de microcrédito, mas que essa subvenção não seja permanente; caso contrário, a instituição demonstrará que é ineficiente e incapaz de atingir seus objetivos.

Outro fator de entrave para o acesso ao crédito bancário formal tradicional são os custos transacionais ocasionados pela operação, tais como, documentação e horas de trabalho perdidas no processo de deslocamento para obtenção da concessão. Isso significa dizer que existe uma relação inversa entre o valor do empréstimo e o peso dos custos transacionais, isto é, quanto menor o valor do empréstimo, maior é o peso do custo com a transação. (SANTOS, 2002).

A atividade econômica de um cliente de microcrédito é de alto risco e, para compensar os pequenos volumes, suas transações são de alta rentabilidade e giro rápido de capital. Em paralelo a isso, o cliente de microcrédito busca diversificar os riscos por meio de fontes diversas de renda, estabelecendo relações financeiras variadas e informais com fornecedores, familiares, clientes e amigos. Desta forma, a demanda de microcrédito é pequena e de curto prazo, sendo utilizada para diminuir os riscos e as incertezas da atividade econômica e/ou aproveitar as chances de negócios favoráveis, exercendo mais uma função típica de seguro do que de fundo de investimento. (SANTOS, 2002).

Quadro 1 - Diferenças entre o microcrédito e o crédito tradicional

Microfinanceira	Financeira Tradicional
Visa a sustentabilidade	Visa apenas o lucro
Prioriza operações de pequena monta	Prioriza operações de maior vulto
O crédito é ferramenta de política social	Não considera as funções sociais do crédito
Trâmite ágil e com poucas formalidades	Trâmites longos e burocráticos quando os clientes não são correntistas
Terminologia e atendimento acessíveis à clientela-alvo	Terminologia e atendimentos técnicos
Enfatiza o desenvolvimento de rede de apoio mútuo entre empreendedores	Operações individuais e estanques
Juros refletem os custos operacionais	Juros e taxas condizentes com infraestrutura pesada e alta tecnologia
Confiança como ativo social e garantia	Exigência de garantias reais
Avaliação do tomador ponderada pelas características do empreendedor, de sua atividade e garantias disponíveis	Avaliação do tomador ponderada por informações contábeis, planos de negócios e liquidez das garantias
Instituição procura o cliente (agente de crédito)	Cliente procura o banco
Relação contínua: agente de crédito com elo permanente entre cliente e instituição	Transação em fases descontínuas: concessão, acompanhamento, cobrança por diferentes funcionários

Fonte: Silveira (2015, p.12)

Outro aspecto relevante é que a falta de separação entre o caixa da empresa e o caixa da família faz com que o lucro seja suficiente para garantir as necessidades da família e da existência da empresa. Se a empresa apresenta lucro, este é utilizado para financiar o consumo da família; se a empresa apresenta prejuízo, este é compensado com a redução do consumo da família. Desta forma, as atividades econômicas estão mais voltadas para sobrevivência e não para acumulação. Somente uma pequena demanda por microcrédito é destinada para investimento em máquinas

e equipamentos, permitindo ao cliente do microcrédito exercer seu papel de microempreendedor. Por outro lado, em períodos de grande desemprego, a economia familiar contribui para reduzir os efeitos da crise, sendo importante que essa função não seja colocada em risco por programas de microcrédito incompatíveis com a capacidade da economia familiar. Portanto, o microcrédito não deve ser utilizado como uma política social compensatória ou para compensar a falta de uma política econômica de produção e emprego, mas como um instrumento de desenvolvimento econômico e social. (SANTOS, 2002).

Silveira (2015) elabora um quadro destacando as diferenças entre o microcrédito e o crédito tradicionalmente oferecido pelos bancos (quadro 1). Como se pode observar, o microcrédito tem uma preocupação pela sustentabilidade, buscando aumentar o bem-estar do cliente tomador do empréstimo, não sendo a rentabilidade financeira o objetivo final.

#### **2.4 A Segmentação do Mercado Financeiro**

De acordo com Nitsch e Santos (2001, p.173), “a segmentação do mercado financeiro é decorrente de uma política monetária e financeira, que desestimula a poupança e distorce o processo de alocação dos recursos”.

Quando o Estado intervém, com o objetivo de canalizar recursos de baixo custo para setores estratégicos ligados ao desenvolvimento econômico, em virtude de as taxas de juros ficarem abaixo do nível de equilíbrio, os empréstimos são substituídos por outras fontes de financiamento, proporcionando baixo impacto nos ativos reais. Como os ativos financeiros de longo prazo perdem atratividade frente aos ativos financeiros de curto prazo, ocorre uma redução da oferta de poupança, fazendo com que a demanda por crédito não seja suprida, apesar de ter sido estimulada pela queda das taxas de juros, limitando o crescimento econômico e o investimento privado que pretendia estimular. (NITSCH e SANTOS, 2001).

O resultado da regulação estatal é o dualismo no setor financeiro, ou seja, a divisão entre um setor formal, onde as instituições financeiras são supervisionadas pelo BACEN, e um setor informal desregulado. A demanda por crédito, que não é suprida no setor formal, recorre ao setor informal, onde os juros são mais elevados, ou não é atendida. Ocorrendo a liberalização do mercado financeiro, a taxa de juros de equilíbrio é alcançada e a demanda por crédito é atendida no setor formal financeiro, superando o dualismo, aumentando a eficiência locativa e gerando uma divisão de trabalho mais lucrativa. (NITSCH e SANTOS, 2001).

Entretanto, a liberalização financeira não basta para superar a segmentação do mercado financeiro. Na teoria neoclássica, em um mercado perfeito, os participantes não influenciam nem os preços nem a substância do que será trocado. Mas, quando o objeto de troca são títulos que representam o direito a fluxos de pagamentos futuros, a qualidade do que será trocado ficará difícil de ser avaliada *a priori*, acentuando a assimetria de informações, surgindo a possibilidade de um comportamento oportunista da parte que possui vantagem informacional. Aumentar a taxa de juros para compensar este risco pode atrair projetos de alto risco, resultando na correlação positiva entre taxa de juros e inadimplência. Para evitar a deterioração da qualidade da carteira de crédito, as instituições financeiras limitam a taxa de juros e, conseqüentemente, a oferta de crédito, não atendendo as microempresas, mesmo aquelas que estão dispostas a remunerar os riscos. (NITSCH e SANTOS, 2001).

A análise da capacidade e disposição ao pagamento, além de garantias reais e pessoais, permite uma diminuição da assimetria de informações, dos custos e riscos da operação de crédito. Além disso, a instituição financeira pode recorrer à recuperação do empréstimo por meio da

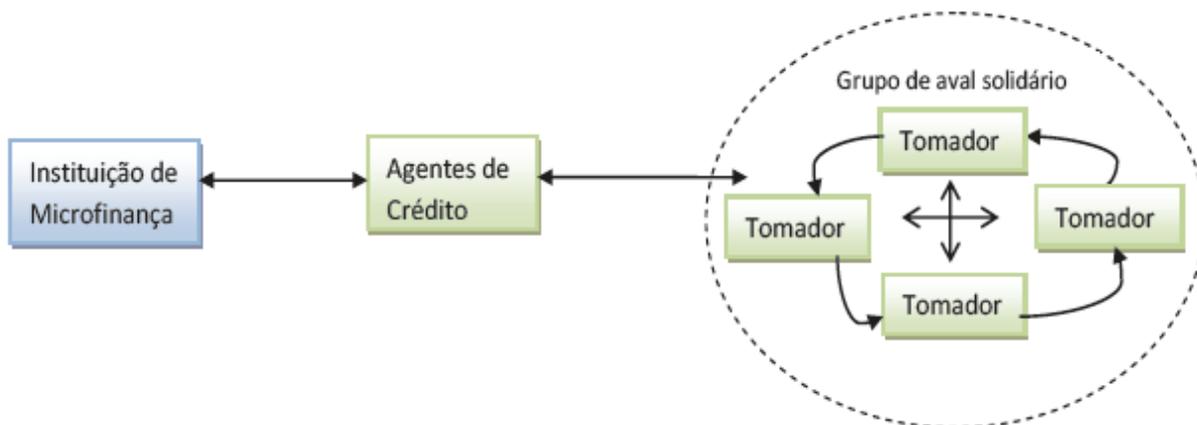
penalização jurídica. Entretanto, esta forma não é adequada nas operações de microcrédito. (NITSCH e SANTOS, 2001).

Para vencer estes obstáculos, elementos do setor informal auxiliam no desenho institucional de programas de microcrédito. Flexibilidade, proximidade social, mecanismos de reciprocidade, entre outros, proporcionam a redução da assimetria de informação, incentivam o pagamento dos empréstimos e reduzem os custos operacionais. (NITSCH e SANTOS, 2001). Com estas características, são desenvolvidas metodologias específicas, de acordo com a modalidade de crédito, que pode se dar em grupo ou na forma individual. (SANTOS *et al*, 2004).

## 2.5 Crédito em Grupo e Crédito Individual

No crédito em grupo, também chamado de crédito com aval solidário, o grupo monitora a aplicação e o pagamento de seus membros, sendo que a redução do risco e dos custos se dá pela responsabilização do grupo em pagar as dívidas de todos os membros. Desta maneira, no lugar de diminuir a assimetria das informações entre o banco e o cliente, os membros do grupo agem como agentes do banco. Alguns pontos são desfavoráveis a esta modalidade de financiamento. Um deles é a elevação dos custos de transação decorrentes de atividades de capacitação (custo de oportunidade das horas empregadas nos cursos e nas reuniões), uma vez que a questão do financiamento está associada ao desenvolvimento da capacidade empreendedora do indivíduo. Outro ponto é a rigidez no limite de crédito em termos de volume, prazo e custos, limitando o processo de crescimento e consolidação do micro empreendimento. (SANTOS *et al*, 2004). A figura 2 sintetiza a dinâmica do crédito com aval solidário.

Figura 2 – Dinâmica do crédito utilizando de aval solidário e agente de crédito



Fonte: Freitas (2013, p.47)

No crédito individual, o agente de crédito é o principal elo entre o tomador de crédito e a instituição de microfinanças, uma vez que é ele o responsável pelo processo de análise, cadastro, entrevista e visita ao negócio do cliente. Assim, a relação entre o tomador e o agente possibilita a redução da diferença de informações entre o cliente e a instituição financeira. O valor a ser financiado depende das necessidades identificadas, das garantias que o cliente tem e da capacidade de pagamento. Nesta modalidade, se apresentam pontos desfavoráveis, tais como, o perfil do empresário frente ao seu negócio e a não separação entre o caixa do negócio e caixa da família. O aspecto positivo é a concessão de crédito não vinculada a programas de capacitação, proporcionando custos de transação menores que os decorrentes do microcrédito em grupo, além de flexibilização na adequação de volume, prazo e custos. (SANTOS *et al*,

2004). O microcrédito também proporciona aumento da renda do tomador na proporção da diferença entre a taxa praticada no programa de microcrédito individual e a taxa praticada no setor financeiro informal, possibilitando o crescimento das atividades econômicas do tomador e auxiliando na criação de novos postos de trabalho, que poderão ser ocupados por desempregados ou subempregados, ajudando no combate à pobreza. (NITSCH e SANTOS, 2001).

Segundo Santos (2002), apresenta-se uma terceira categoria que se constitui em público-alvo do microcrédito. É o sobrevivente, ou seja, o indivíduo que estava empregado e que, em função do desemprego, pode se converter em proprietário de uma atividade econômica autônoma, com o objetivo primordial de sobrevivência, tendo poucas expectativas de acumulação. Utilizando os termos de Schumpeter (1982) em seu livro “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, este desempregado pode vir a ser um *Wirt* (sobrevivente, com negócio próprio e sem muitas expectativas de acumulação) e, eventualmente, um empreendedor (aquele que utiliza o crédito para investir e inovar).

Como se pode observar, as microfinanças criam uma lógica de funcionamento para se tornarem financeiramente viáveis, economicamente contextualizadas e socialmente úteis, possibilitando uma inovação social a partir de tecnologias sociais de gestão de crédito. Apesar da inovação metodológica que as microfinanças representam no setor financeiro, as organizações que trabalham com micro finanças esbarram no dilema de expandirem seus serviços para grupos sociais vulneráveis, mantendo os níveis de retorno e inadimplência, com o objetivo de garantirem a viabilidade financeira. (FREITAS, 2013).

## **2.6 Impacto em Renda do Microcrédito**

Monzoni Neto (2006) analisa, em sua pesquisa, os impactos na renda de clientes do Crédito Popular Solidário em São Paulo em três unidades: Brasilândia, Jardim Helena e Heliópolis. A análise dos dados demonstrou que o microcrédito produtivo orientado impacta as vendas, a margem bruta e o lucro líquido do empreendimento. As famílias dos microempreendedores também são beneficiadas pelo aumento da renda disponível. Segundo o autor (2006, p.166) “para cada 1% a mais de crédito é gerado 0,344% de vendas, 0,361% de margem bruta e 0,426% de renda disponível adicionais”. O autor também conclui que o nível de escolaridade desempenha papel relevante sobre vendas, margem, lucro e renda. Em outras palavras, quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de impacto sobre estas variáveis. Analisando a receita de vendas, o autor chega à conclusão de que qualquer injeção de recurso produtivo (capital de giro) duplica a quantidade média de produtos vendidos em dois anos de programa, tornando irrelevante a discussão sobre custo de capital ou taxa de juros. Se o microempresário possuir restrições cadastrais (Serasa e SPC), o microcrédito devolve-o para o sistema após dois anos, com toda bancarização exigida pelo sistema financeiro tradicional.

## **2.7 A Importância da Educação Financeira**

Para trazer resultado positivo, o crédito deve ter sua aplicação direcionada, em princípio, para fins produtivos ou, pelo menos, sustentáveis. Sem esse propósito, além de o crédito não empoderar o tomador, haverá o risco de ter efeito contrário, ou seja, de torná-lo ainda mais dependente. (SARAI, 2017).

O consumo consciente do crédito é um caminho importante a ser trilhado, pois levará o consumidor a pensar em sua real necessidade de bens e serviços, sendo um aliado do bem-estar da pessoa ao antecipar o consumo do que precisa, a um custo e um prazo que ele pode cumprir.

(BARCAT, 2006). Numa visão mais ampla, quando se tem consciência no momento em que se escolhe o que, de quem e onde comprar, o consumidor maximiza não só os impactos positivos para si próprio, como também nas relações sociais e na natureza, contribuindo com seu poder de escolha para um mundo melhor, levando em consideração que a economia é constituída de recursos limitados. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

O acesso ao crédito é um fator positivo, que promove uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos através da aquisição da casa própria, o acesso à educação e a realização de desejos pessoais. Esse acesso, entretanto, precisa ser oferecido ao consumidor, juntamente com um programa de educação financeira, que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos para que eles possam tomar decisões acertadas, conscientes e sustentáveis, permitindo uma boa gestão de suas finanças pessoais. A liberação sem direcionamento de demandas altamente reprimidas, como é o caso do Brasil, gera uma forte probabilidade de descontrole financeiro, e o crédito passa de fator positivo a aliado da formação de dívida excessiva pessoal e do aumento das desigualdades na distribuição da renda. (CABRAL, 2014).

Atualmente, existem diversos tipos de crédito disponíveis no mercado nos quais variam de acordo com taxas, prazos, capacidade de pagamento etc. É necessária uma compreensão desses serviços e produtos financeiros para que se possa, cada vez mais, fazer a economia crescer de uma maneira saudável. Por isso, a Educação Financeira é importante para formação do indivíduo ao permitir que ele tome decisões conscientes de acordo com suas necessidades e propósitos futuros. Stephani esclarece que:

Cada indivíduo participante do processo de formação do ser humano tem uma parte de responsabilidade nesse processo de mudança pela qual a educação passa. E a Educação Financeira vem ser um elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno conceitos capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia. (2005, p. 12).

Segundo *The World Bank Group* (2010), a forte conexão entre educação financeira e microfinanças existe com o objetivo de melhorar a eficiência, transparência e o acesso aos mercados. Quando os clientes estão bem informados sobre os produtos financeiros, inclusive com relação aos termos e as condições, é possível realizar escolhas de forma mais adequada e, por conseguinte, estimular a concorrência. Além disso, quando se conhece o produto ou o serviço que se está adquirindo, as opções são mais bem acertadas, pois se escolhe o produto que melhor se adapta às necessidades do próprio consumidor. A certeza de que os direitos do consumidor estão protegidos também serve como atrativo a novos clientes.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como descritivo que, de acordo com Triviños (1987), visa descrever com exatidão e precisão os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. Em outras palavras, o objetivo é obter informações sobre uma população específica, não procurando mostrar qualquer tipo de relação causal entre os fatores, mas buscando informações necessárias para a ação. (ROESCH, 1999).

Neste estudo é utilizada a pesquisa documental de acordo com o objeto de estudo, procurando novas interpretações. No que se refere à coleta de dados, são utilizados dados secundários. A coleta é realizada por meio de relatórios do MTE intitulados “PNMPO – Informações Gerenciais do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado” (MINISTÉRIO DO

TRABALHO E EMPREGO, 2016). Além destes relatórios, são consultados dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) e dados do BACEN (2018).

Após a coleta de dados, é elaborada a análise de conteúdo que se caracteriza, conforme Bardin (1977), por um conjunto de análises das comunicações com o objetivo de obter percepções que permitam a inferência do conhecimento referente aos dados obtidos. Nesta perspectiva, é analisado o perfil dos clientes atendidos no PNMPO.

## 4 RESULTADOS

O MTE disponibiliza desde 2007 relatórios trimestrais do PNMPO que permitem analisar a evolução do microcrédito bem como sua distribuição de acordo com o gênero, situação jurídica, ramo de atividade, finalidade do crédito, carteiras ativas por constituição jurídica e execuções pelos bancos públicos e organizações. Todas as informações produzidas pelo Programa de Microcrédito são oriundas de um sistema de coleta de informações provenientes do esforço coletivo de toda a rede de organizações habilitada ao Programa Nacional. Assim, é feita a análise dos relatórios disponibilizados pelo PNMPO com o objetivo de identificar a evolução do mercado de microcrédito e as características de seus beneficiários diretos.

### 4.1 Distribuição dos clientes por gênero

A distribuição dos clientes por gênero apresenta uma forte presença da mulher, com participação no número de clientes atendidos entre 62% e 65% no período de 2009 a 2015. Foram atendidas 3.351.170 mulheres e 1.838.469 homens em 2015 (tabela 2), representando um aumento de 219% relativamente a 2009 (crescimento médio anual de 18%).

Tabela 2 - Evolução do número de clientes atendidos no microcrédito produtivo por gênero

Gênero	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mulher	1.002.118	1.312.910	1.644.799	2.457.049	2.911.864	3.513.501	3.351.170
Homem	627.254	702.425	881.034	1.391.060	1.662.294	1.983.463	1.838.469
Total	1.629.372	2.015.335	2.525.833	3.848.109	4.574.158	5.496.964	5.189.639

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Em 2009, o PNMPO disponibiliza cerca de R\$2 bilhões, atingindo R\$11 bilhões em 2015 (tabela 3), registrando um crescimento de 384% no período, com taxa média anual de 25%. Quando se analisa a disponibilização de recursos por gênero, constata-se que as mulheres utilizam parcela maior dos recursos disponíveis, iniciando em 2009 com uma participação de 55%, crescendo no ano seguinte para 62% e mantendo esta participação até o final de 2015. Em 2015 foram concedidos aproximadamente R\$7 bilhões para as mulheres e R\$4 bilhões para os homens, sendo maior a taxa de crescimento de recursos para o gênero feminino do que o masculino (mulher 447% e homem 307%).

Tabela 3 - Evolução do valor concedido no microcrédito produtivo por gênero (R\$ milhões)

Gênero	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mulher	1.259	1.796	2.329	3.822	5.327	7.044	6.884
Homem	1.025	1.082	1.426	2.416	3.327	4.482	4.175
Total	2.284	2.878	3.755	6.238	8.654	11.526	11.060

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

O valor médio do contrato em 2009 (relação entre o valor total concedido e o número de clientes atendidos) era de R\$1.402,00 passando para R\$2.131,00 em 2015, apresentando um crescimento de 52% (tabela 4). Esse aumento não é muito significativo levando em consideração que, no mesmo período, o IPCA cresceu em 55,29%. Quando se analisa o valor médio do contrato por gênero, conclui-se que houve um crescimento real para as mulheres visto que a taxa de crescimento é superior ao IPCA (mulheres 63% e homens 39%).

Segundo Congo (2015), há um predomínio das mulheres quando se trata de micro empreendedorismo pois, quando se trata das famílias de baixa renda, existe a predominância de chefes de família do gênero feminino. Além disso, os dados do IPEA (2017) no relatório “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” indicam que em 2009 as mulheres chefiavam 61,9% e, em 2015, 56,6% das famílias com renda de até um salário mínimo por pessoa.

Tabela 4 - Evolução do valor médio do microcrédito concedido por operação (valor concedido / número de clientes atendidos) e por gênero (R\$)

Gênero	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mulher	1.257	1.368	1.416	1.555	1.829	2.005	2.054
Homem	1.634	1.540	1.619	1.737	2.001	2.260	2.271
Total	1.402	1.428	1.487	1.621	1.892	2.097	2.131

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

#### 4.2 Distribuição dos clientes por situação jurídica

As informações do PNMPO mostram duas características básicas. A primeira é que a carteira tem grande predominância de microempreendedores informais do mercado de trabalho. Em 2009, o setor informal participa com 94% e em 2015 com 97%, demonstrando que o percentual de tomadores informais atendidos nesse tipo de crédito sempre esteve acima de 90%.

Os dados do microcrédito ganham importância uma vez que, segundo o IBGE, em 2009 existiam 9,5 milhões de empreendimentos informais que, somados aos empreendimentos formais, correspondiam a 60% da mão de obra do país e 21% do PIB. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016).

A segunda característica básica é o forte crescimento do número de clientes atendidos no período. Em 2009 foram atendidos 1.531.063 microempreendedores informais enquanto em 2015 foram atendidos 5.024.220 representando, ao longo do período, um crescimento de 228% (tabela 5).

Tabela 5 - Evolução do número de clientes atendidos no microcrédito produtivo por situação jurídica

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Formais	98.310	71.384	79.944	150.399	231.976	209.220	165.419
Informais	1.531.062	1.943.951	2.445.889	3.697.710	4.342.182	5.287.744	5.024.220
Total	1.629.372	2.015.335	2.525.833	3.848.109	4.574.158	5.496.964	5.189.639

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

A carteira não só cresceu em número de clientes atendidos, como também no valor concedido. Cerca de R\$2 bilhões (90%) foram destinados para os microempreendedores informais em 2009, passando para R\$10 bilhões (95%) em 2015. Isso representa um aumento de 406% no período (tabela 6).

Tabela 6- Evolução do valor concedido no microcrédito produtivo por situação jurídica (R\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Formais	218	190	276	449	620	828	598
Informais	2.066	2.688	3.479	5.788	8.034	10.698	10.462
Total	2.284	2.878	3.755	6.238	8.654	11.526	11.060

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Quanto ao valor médio concedido por operação, o contrato passa de R\$1.349,00 em 2009 para R\$2.082,00 em 2015 para o microempreendedor informal (tabela 7), representando um aumento de 54%. O valor médio concedido por operação para o microempreendedor formal tem um crescimento maior, qual seja, 63% (de R\$2.218,00 para R\$3.613,00). Outro fato relevante está relacionado à diferença entre o valor médio do contrato do microempreendedor formal com relação ao informal, onde se observa que o valor médio do microempreendedor formal é maior que o informal em todo o período analisado. Em 2009 a diferença é de 64%, aumentando para 74% ao final de 2015.

Tabela 7 - Evolução do valor médio do microcrédito concedido por operação (valor concedido / número de clientes atendidos) e por situação jurídica (R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Formais	2.218	2.661	3.451	2.988	2.672	3.958	3.613
Informais	1.349	1.383	1.422	1.565	1.850	2.023	2.082
Total	1.402	1.428	1.487	1.621	1.892	2.097	2.131

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Estas informações evidenciam o resultado pouco expressivo no que se refere à formalização dos tomadores de microcrédito, uma vez que a ampla maioria deles se constitui de microempreendedores informais, situação que se repete ao longo dos anos estudados. Um questionamento: se o microcrédito tem como objetivo gerar trabalho e renda, além da redução da pobreza, por que os microempreendedores informais não formalizam seu negócio?

### 4.3 Distribuição dos clientes por ramo de atividades

Os clientes são segregados no relatório da PNMPO por ramo de atividade, sendo eles: agricultura, comércio, indústria, serviço e outros. O setor de comércio representa a quase totalidade dos clientes atendidos por ano. Em 2009, o PNMPO atendeu 1.401.793 clientes provenientes do setor do comércio (86%) passando a atender 4.032.845 em 2015 (78%), com taxa de crescimento de aproximadamente 188% no período (tabela 8).

Tabela 8 - Evolução do número de clientes atendidos no microcrédito produtivo por ramo de atividades

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agricultura	5.192	3.165	3.830	6.762	11.500	6.269	4.591
Comércio	1.401.793	1.789.239	2.281.868	3.165.757	3.277.291	3.762.608	4.032.845
Indústria	42.256	65.098	52.404	94.928	70.239	93.499	92.491
Serviços	144.829	155.913	185.342	447.191	252.383	320.559	303.458
Outros	35.302	1.920	2.389	133.471	962.745	1.314.029	756.254
Total	1.629.372	2.015.335	2.525.833	3.848.109	4.574.158	5.496.964	5.189.639

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Tabela 9- Evolução do valor concedido no microcrédito produtivo por ramo de atividades (R\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agricultura	18	15	18	20	57	32	26
Comércio	1.921	2.455	3.241	4.866	5.856	7.195	8.032
Indústria	72	119	104	179	158	244	220
Serviços	218	283	385	845	644	951	822
Outros	55	7	8	327	1.939	3.103	1.960
Total	2.284	2.878	3.755	6.238	8.654	11.526	11.060

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Quando se analisa o total do valor concedido, o setor comercial também está presente como principal tomador, apesar da queda de sua participação no total do valor concedido a cada ano. Em 2009, é destinado ao setor comercial aproximadamente R\$2 bilhões (84%) e em 2015 R\$8 bilhões (73%), aumentando em 318% os recursos destinados ao comércio. Pelos dados pode-se concluir que o foco está voltado a setores urbanos, comércio e serviços, não apresentando resultados significativos no aumento da participação da área rural (média de 0,4%) no período estudado (tabela 9).

Analisando o valor médio concedido por operação em 2015, o maior valor ocorre na agricultura (R\$5.635,00), entretanto este setor participa em menos de 1% do total de valor concedido, não sendo um setor significativo na contratação de microcrédito. Em último lugar vem o setor comercial, cujo valor médio concedido por operação passa de R\$1.370,00 em 2009 para R\$1.992,00 em 2015, apresentando um crescimento de 45%. Verifica-se uma acentuada tendência de crescimento do valor médio de operações no segmento de serviços, saindo de R\$1.503,00 em 2009 para R\$2.708,00 em 2015, com crescimento de 80% (tabela 10).

Tabela 10 - Evolução do valor médio do microcrédito concedido por operação (valor concedido / número de clientes atendidos) e por ramo de atividades (R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agricultura	3.414	4.832	4.620	2.985	4.917	5.168	5.635
Comércio	1.370	1.372	1.420	1.537	1.787	1.912	1.992
Indústria	1.711	1.822	1.979	1.891	2.249	2.607	2.377
Serviços	1.503	1.813	2.079	1.889	2.550	2.968	2.708
Outros	1.563	3.608	3.226	2.449	2.015	2.362	2.592
Total	1.402	1.428	1.487	1.621	1.892	2.097	2.131

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

#### 4.4 Distribuição dos clientes por finalidade de crédito

Os dados relacionados à finalidade do microcrédito produtivo orientado são segregados em capital de giro, investimentos e misto. A finalidade que prevaleceu durante os sete anos de dados analisados é a de capital de giro, com participação média de 86%. Em 2009 foram concedidos R\$1,8 bilhão passando a R\$9,6 bilhões em 2015, tendo um crescimento de 423% (tabela 11).

Tabela 11- Evolução do valor concedido no microcrédito produtivo por finalidade de crédito (R\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Capital de giro	1.839	2.557	3.210	5.158	7.022	9.654	9.618
Investimentos	159	220	499	987	1.532	1.203	1.024
Misto	286	101	46	93	102	669	418
Total	2.284	2.878	3.755	6.238	8.657	11.526	11.060

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

A demanda para investimentos também apresentou um aumento significativo, passando de R\$159 milhões em 2009 para R\$1,0 bilhão em 2015, correspondendo a um aumento de 544% no período. Apesar deste aumento, no total, sua participação é pequena. Em 2009 representava 7% do total de recursos concedidos, passando a 9% em 2015 (tabela 10).

Quando se analisa o valor médio concedido por operação, o valor destinado ao capital de giro é o menor, sendo de R\$1.334,00 em 2009 e R\$2.041,00 em 2015, com aumento de 53% no período (tabela 12). O valor médio por operação destinado à finalidade mista apresenta o maior valor médio em 2015 (R\$4.744,00) e a maior taxa de crescimento no período (172%).

Tabela 12 - Evolução do valor médio do microcrédito concedido por operação (valor concedido / número de clientes atendidos) e por finalidade de crédito (R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Capital de giro	1.334	1.384	1.362	1.549	1.770	1.981	2.041
Investimentos	1.822	1.858	3.148	1.984	2.595	2.738	2.626
Misto	1.744	2.053	4.437	4.432	6.649	3.608	4.744
Total	1.402	1.428	1.487	1.621	1.893	2.097	2.131

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

A importância do capital de giro também ocorre no número de clientes atendidos por ano. Em 2009 foram atendidos 1.377.929 (85%) e em 2015 foram atendidos 4.711.776 (91%) para esta finalidade, ou seja, um aumento de 242% no período. O número de clientes atendidos na opção de investimento também aumentou consideravelmente. Em 2009 foram atendidos 87.449 e em 2015 foram atendidos 389.761, o que representa um aumento de 346% (tabela 13).

Tabela 13 - Evolução do número de clientes atendidos no microcrédito produtivo por finalidade de crédito

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Capital de giro	1.377.927	1.847.682	2.357.046	3.330.019	3.968.329	4.872.056	4.711.776
Investimentos	87.449	118.218	158.417	497.189	590.456	439.580	389.761
Misto	163.996	49.435	10.370	20.901	15.373	185.328	88.102
Total	1.629.372	2.015.335	2.525.833	3.848.109	4.574.158	5.496.964	5.189.639

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

#### 4.5 Carteira ativa por constituição jurídica

O relatório do PNMO permite a visualização da concentração da carteira por modelo de constituição jurídica, sendo elas: Agência de Fomento, Banco Cooperativo, Banco de Desenvolvimento, Cooperativa de Crédito, Instituição Financeira Operadora (IFO), Organizações da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSCIP) e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM). Entretanto, o relatório do MTE apresenta essas informações a partir de 2011.

Segundo relatório do MTE (2016), a carteira ativa representa o saldo a receber dos valores emprestados, ou seja, reflete a capacidade de colocação do microcrédito no âmbito das operações realizadas pelas entidades habilitadas.

O maior volume da carteira ativa de microcrédito produtivo orientado está concentrado no Banco de Desenvolvimento (71% em 2011 e 51% em 2015) e nas Instituições Financeiras Operadoras (9% em 2009 e 37% em 2015). Em 2011, o Banco de Desenvolvimento possuía um saldo a receber de R\$1,1 bilhão, enquanto que, em 2015 um saldo a receber de R\$2,9 bilhões, representando um aumento de 156%. As Instituições Financeiras Operadoras foram as que mais aumentaram o valor da carteira ativa: de R\$149 milhões em 2011 a R\$2,1 bilhões em 2015, registrando um aumento de 1.334% (tabela 14).

Para ter uma noção do valor da carteira ativa do microcrédito, em 2015, o saldo do crédito de recursos direcionados a pessoas físicas no sistema financeiro brasileiro, de acordo com o relatório “Estatísticas Monetárias e de Crédito” do BACEN (2018) era de aproximadamente R\$707 bilhões. Ainda em 2015, o saldo do valor da carteira ativa no microcrédito produtivo era de R\$5,6 bilhões, representando 0,9% do saldo total de crédito de recursos direcionados a pessoas físicas.

Tabela 14- Evolução do valor até 31 de dezembro da carteira ativa no microcrédito produtivo por constituição jurídica (R\$ milhões)

	2011	2012	2013	2014	2015
Agência de Fomento	17	14	44	54	96
Banco de Desenvolvimento	1.145	1.620	2.157	2.655	2.929
Cooperativa de Crédito	66	122	202	279	381
Instituição Financeira Operadora (IFO)	149	1.380	1.980	3.843	2.136
OSCIPI	229	170	208	187	80
SCM	-	-	-	96	93
Total	1.606	3.305	4.591	7.113	5.715

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

A partir de 2014, o MTE disponibiliza as informações por constituição jurídica, valor concedido e clientes atendidos. No período de 2014-2015 as instituições integrantes do PNMPO ofertam R\$22 bilhões de crédito, concentrando o maior volume no Banco de Desenvolvimento que responde por 68% do total de valores concedidos. O Banco de Desenvolvimento atende 75% dos clientes do PNMPO, sendo o valor médio do microcrédito concedido de R\$1.901,00. Este é o menor valor quando comparado com as demais constituições jurídicas. O maior valor médio do microcrédito concedido pertence à Cooperativa de Crédito (R\$9.027,00), sendo superior em 375% quando comparado ao menor valor médio. Apesar de a Cooperativa de Crédito ter o maior valor médio, sua participação no período de 2014 a 2015 é de apenas 0,6% (tabela 15).

O MTE começa a disponibilizar informações sobre os bancos públicos federais a partir de 2012 (tabela 16). No período de 2012 a 2015, do total de R\$38 bilhões de recursos concedidos no PNMPO, R\$35 bilhões são ofertados pelos bancos públicos federais (94%). Neste grupo estão o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a CEF, o Banco do Brasil (BB) e o Banco da Amazônia (BASA). Do total ofertado pelos bancos públicos federais, o BNB é o que apresenta maior participação (72%). Segundo Silveira (2015), a participação dos bancos públicos permitiu melhor distribuição espacial dos clientes devido à sua capilaridade e infraestrutura física.

Tabela 15 - Valor concedido, número de clientes atendidos e valor médio do microcrédito concedido por operação por constituição jurídica

Constituição Jurídica	2014			2015			Total		
	Valor Concedido (R\$milhões)	Clientes Atendidos	Valor médio (R\$)	Valor Concedido (R\$milhões)	Clientes Atendidos	Valor médio (R\$)	Valor Concedido (R\$milhões)	Clientes Atendidos	Valor médio (R\$)
Agência de Fomento	75	22.875	3.286	75	20.117	3.739	150	42.992	3.498
Banco de Desenvolvimento	7.125	3.854.919	1.848	8.133	4.172.205	1.949	15.258	8.027.124	1.901
Cooperativa de Crédito	241	28.383	8.503	294	30.966	9.507	536	59.349	9.027
IFO	3.605	1.439.099	2.505	2.123	819.660	2.590	5.727	2.258.759	2.536
OSCIPI	315	98.040	3.213	235	68.242	3.443	550	166.282	3.307
SCM	165	53.648	3.072	200	78.449	2.555	365	132.097	2.765
Total	11.526	5.496.964	2.097	11.060	5.189.639	2.131	22.586	10.686.603	2.114

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Tabela 16 - Valor concedido no microcrédito produtivo por banco público federal (R\$ milhões)

	2012	2013	2014	2015
Banco da Amazônia (BASA)	32	63	69	79
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	4.320	5.760	7.125	8.134
Caixa Econômica Federal (CEF)	310	1.924	1.148	827
Banco do Brasil (BB)	763	1.323	2.182	1.184
Total do Bancos Públicos Federais	5.426	9.070	10.524	10.224

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

#### 4.6 Distribuição dos clientes por região

O MTE (2016) disponibiliza as operações de microcrédito realizadas por unidade federativa. As divergências encontradas entre os valores de crédito concedidos e clientes atendidos nas tabelas de distribuição geográfica se devem ao fato de que apenas algumas instituições declaram todos os dados de perfil do cliente e de localização geográfica no sistema do MTE. Os dados foram agrupados por região e estão disponíveis nas tabelas 17 a 19.

É expressiva a quantidade de recursos alocados na região nordeste. Em 2009 a região nordeste detinha 84% dos recursos concedidos, passando a 78% em 2015, perdendo participação para a região sudeste (tabela 17). Em 2015, os estados que apresentam a maior participação são: Ceará (24,0%), Bahia (10,3%), Maranhão (9,8%) e Piauí (9,0%). A maior concentração na região nordestina deve-se principalmente à operação do BNB, que é o maior ofertante de microcrédito produtivo orientado.

Tabela 17 - Evolução do valor concedido no microcrédito produtivo por região (R\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	18	14	19	122	180	211	127
Nordeste	2.009	2.479	3.183	4.674	6.115	7.827	8.540
Sul	183	188	264	622	886	1.216	760
Sudeste	146	172	250	703	1.272	1.859	1.306
Centro Oeste	23	26	39	116	193	361	232
Total	2.379	2.878	3.755	6.238	8.644	11.475	10.965

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Além disso, a região nordeste detém o maior número de clientes atendidos no microcrédito produtivo, de 1.480.022 em 2009 (90%), passa a 4.294.048 em 2015 (83%), crescendo 190% no período (tabela 18). Também, a região nordeste apresenta o menor valor médio em 2015, R\$1.989,00 (tabela 19).

Já, a região sul exibe o maior valor médio, R\$4.077,00. A diferença entre o menor valor médio e o maior valor médio é de 105% (tabela 19).

Tabela 18 - Evolução do número de clientes atendidos no microcrédito produtivo por região

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	14.566	13.346	13.223	84.999	99.762	99.429	59.818
Nordeste	1.480.022	1.829.217	2.299.518	3.091.630	3.494.716	4.114.155	4.294.048
Sul	55.445	50.487	62.940	179.555	263.353	339.214	186.348
Sudeste	78.390	106.496	129.506	419.787	636.611	799.675	532.053
Centro Oeste	14.302	15.790	20.960	72.143	79.089	131.397	81.214
Total	1.642.725	2.015.336	2.526.147	3.848.114	4.573.531	5.483.870	5.153.481

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

Tabela 19 - Evolução do valor médio do microcrédito concedido por operação (valor concedido / número de clientes atendidos) e por região (R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	1.230	1.020	1.412	1.439	1.804	2.127	2.126
Nordeste	1.357	1.355	1.384	1.512	1.750	1.902	1.989
Sul	3.306	3.715	4.199	3.466	3.362	3.584	4.077
Sudeste	1.861	1.613	1.934	1.674	1.997	2.325	2.456
Centro Oeste	1.619	1.654	1.849	1.610	2.434	2.745	2.857
Total	1.448	1.428	1.486	1.621	1.890	2.092	2.128

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Relatório do PNMO (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro mandato do governo Lula ocorre uma sequência de ações com o objetivo de permitir o acesso ao crédito e serviços bancários à população de baixa renda e trabalhadores informais. Uma das principais ações é a instituição do PNMPO pela Lei no. 11.110 de 25 de abril de 2005, que busca incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, além de disponibilizar recursos e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito. Trata-se de uma política pública estruturada na forma de uma rede de organizações autônomas que ingressam por deliberação própria.

Para subsidiar a coordenação e implementação do PNMPO é criado o Comitê Interministerial, que é composto por representantes do MTE, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cabe ao MTE a coordenação do programa e a difusão de informações sobre o microcrédito produtivo orientado. No período de 2007 a 2015, o MTE publica trimestralmente o relatório “Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado”, resultado do esforço coletivo de toda a rede de organizações com habilitação ao Programa Nacional. O objetivo do relatório é oferecer um diagnóstico completo do segmento, reduzindo a assimetria de informação existente entre os agentes financeiros e as instituições, subsidiando os agentes políticos para a formulação de políticas públicas.

Os dados dos relatórios do MTE (2016) foram utilizados neste trabalho para analisar a evolução do microcrédito no Brasil no período de 2009 a 2015, destacando as principais características de seu público alvo. Os resultados da análise de dados do PNMPO mostram que o programa registra um total acumulado de aproximadamente 25 milhões de clientes atendidos no período, com a concessão de mais de R\$46 bilhões em crédito, sendo que estes valores vêm sendo destinados fundamentalmente para os microempreendedores informais (R\$43 bilhões, que representam 93%).

Os clientes do programa são na maioria mulheres (R\$28 bilhões, que correspondem a 61%) e isso se deve ao fato de haver predominância de chefes de família do gênero feminino com renda de até um salário mínimo por pessoa. Quanto à distribuição dos clientes por ramo de atividade, observa-se concentração de demandantes que operam no comércio (R\$33 bilhões, cerca de 72%). A grande maioria dos clientes atendidos no período demanda microcrédito para a composição ou recomposição do capital de giro (R\$39 bilhões, equivalentes a 84%), tendo uma participação mínima de clientes que demandam microcrédito para investimento; de um total de 25 milhões de clientes atendidos, somente 2 milhões solicitam empréstimo destinado a investimento. Ao analisar o volume de microcrédito concedido de acordo com a região, é expressiva a quantidade de recursos alocados na região nordeste; de um total de R\$46 bilhões, aproximadamente R\$35 bilhões (correspondentes a 75%) são destinados ao nordeste, principalmente para os Estados do Ceará, Bahia, Maranhão e Piauí. Essa concentração relativa à região nordestina deve-se basicamente devido à operação do BNB que é o maior ofertante de microcrédito produtivo orientado.

No período de 2012-2015, os Bancos Públicos Federais detêm 94% do total do crédito concedido na execução do PNMPO, sendo o BNB o que apresenta maior participação (72%).

Nos anos de 2014 e 2015 há uma concentração dos valores concedidos no Banco de Desenvolvimento, que responde por 68% dos recursos e atende 75% dos clientes do PNMPO.

A análise dos dados do PNMPO (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016) mostra que, ao longo do período de 2009 a 2015, os valores totais anuais concedidos aumentaram, bem como o número de clientes atendidos, não sendo afetados pela crise internacional de 2008.

Apesar do crescimento dos valores totais anuais concedidos de microcrédito, os dados de 2015 do BACEN (2018) mostram que o saldo devedor dos recursos do microcrédito representa aproximadamente 0,9% do total do saldo devedor dos recursos direcionados às pessoas físicas.

Uma proposta de trabalho futuro é avaliar o impacto de programas de microcrédito em anos mais recentes, motivando instituições financeiras privadas a serem introduzidas neste mercado, expandindo a linha de crédito com o objetivo de geração de renda, redução de pobreza e aumento de qualidade de vida dos microempreendedores e do seu entorno.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elaine Aparecida. **Análise do desempenho financeiro e social das instituições de microcrédito brasileiras**. 2012. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Organizações, Estratégia e Gestão, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

BACEN (2018). **Estatísticas Monetárias e de Crédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtm%2Ffinfecon%2Fnotas.asp%3Fidioma%3Dp>. Acesso em: 29 dez.2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Financial Inclusion in Latin America and the Caribbean: Data and Trends**. 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=39204520>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(6): 1249-67, nov./dez.2008.

BRASIL. Legislação informatizada – Lei no. 11.110, de 25 de abril de 2005 – Publicação Original. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html> >. Acesso em: 29 dez. 2018.

CABRAL, Bárbara Barbosa. **Educação financeira: o primeiro passo para o consumo consciente**. Saberes multidisciplinares. Leandro Carvalho de Almeida Gouveia e Josevaldo da Silva do Lago (organizadores), v.3, Salvador, Bahia, 2014, p.125-135.

CAPELAS, Estela; HUERTAS Neto, Miguel; MARQUES, Rosa Maria. **Relações de trabalho e flexibilização**. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Orgs.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010, p.217-244.

CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) (Rio de Janeiro). **Microfinanças: microcrédito e microsseguros no Brasil, o papel das Instituições Financeiras**. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2459050-Microfinancas-microcredito-e-microsseguros-no-brasil-o-papel-das-instituicoes-financeiras.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Corrêa. **Microcrédito, empreendedorismo e trabalho informal: “porta de saída” da pobreza?** I Seminário de Crítica da Economia Política: questões contemporâneas, março de 2012.

CONGO, Mariana. **Por que as mulheres são a maior parte dos clientes do microcrédito?** São Paulo: Estadão, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/descomplicador/por-que-a-mulheres-sao-a-maior-parte-dos-clientes-do-microcredito/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. Microcrédito no Brasil. **Texto Para Discussão**: Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, v. 175, p.1-29, abr. 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p.39-54, mar. 2013.

IPEA (2017). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e faixa de renda familiar per capita - Brasil, 1995 a 2015**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html)>. Acesso em: 08 nov. 2017.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. 2005. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MACIEL, Harine Matos et al. O impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no Estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p.103-126, set. 2009.

BARCAT, George; BELINKY, Aron; MATTAR, Helio. Caderno Temático: O consumo consciente do dinheiro e do crédito. São Paulo: Instituto Akatu, 2006. 144 p. 1ª edição.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é consumo consciente?** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/principio-dos-3rs/item/7591>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2016). **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos Alberto dos. Da repressão financeira ao microcrédito. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 4, p.172-183, dez. 2001.

OLIVEIRA, Giuliano Contento. Resenhas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.178-182, mar. 2007.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Carlos Alberto. Microcrédito: notas sobre as características da demanda. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Microcrédito 4, pp.119-124, 2002.

SANTOS, Carlos Alberto dos; NOGUEIRA, Denise Gibran; MORENO, Eli. **Microfinanças, microcrédito e a oferta de serviços financeiros para os microempreendimentos**. In Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas. 2ª edição (revisada), Carlos Alberto dos Santos (organizador), SEBRAE, Brasília, 2004, p. 121-126.

SARAI, Leandro. **Crédito, Estado e desenvolvimento: o direcionamento federal do crédito pela perspectiva do direito econômico**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

SCHUMPETER, Joseph A.. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 534 p.

SILVA, Roberto Vilela de Moura; GÓIS, Lúcia Spínola. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**. São Paulo: SERASA, 2007.

SILVEIRA, Marcelo Garcia. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2ª edição revista e ampliada, Banco Central do Brasil, Brasília, 2008.

STEPHANI, Marcos. **Educação financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

THE WORLD BANK GROUP; POBRES. **Financial Access 2010: la inclusión financiera durante la crisis - Estado de Situación**. Washington, D.C., USA, sep. 2010. 111 p.

THEODORO, Mário. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Texto para discussão no. 762, Brasília, setembro de 2000.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.